

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ARTHUR ALVES SANTIAGO

**TRABALHO E INFORMALIDADE: UMA ANÁLISE DE
VENDEDORES AMBULANTES EM SINAIS DE TRÂNSITO NA
AVENIDA PERIMETRAL DE GOIÂNIA**

GOIÂNIA
2019

ARTHUR ALVES SANTIAGO

**TRABALHO E INFORMALIDADE: UMA ANÁLISE DE
VENDEDORES AMBULANTES EM SINAIS DE TRÂNSITO NA
AVENIDA PERIMETRAL DE GOIÂNIA**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para conclusão do curso de bacharelado da Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Federal de Goiás – UFG.

Orientador: Prof. Ricardo Luiz Sapia de Campos

GOIÂNIA
2019

A minha Família, minha esposa e filha: Zayne e Júlia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família por estar comigo sempre, e pelo incentivo em toda a minha trajetória social e acadêmica. A minha esposa Zayne Mendonça e minha filha Júlia e aos meus pais que fizeram sacrifício nessa incrível jornada.

A todos os professores que puderam proporcionar o conhecimento para a minha formação profissional.

Ao meu orientador, pelo empenho e dedicação em aceitar a convite de orientação desse trabalho.

Aos meus amigos que estiveram sempre ao meu lado.

Aos companheiros de faculdade que fizeram parte da minha formação.

Agradeço também a Faculdade de Ciências Sociais por ter me dado confiança e força para acreditar no meu sonho. Também, por oportunizar um espaço que privilegia o conhecimento.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A presente monografia analisa sociologicamente o trabalho de vendedores em sinais de trânsito na Avenida Perimetral da cidade de Goiânia-GO. A pesquisa aborda inicialmente o processo histórico da passagem do modelo fordista para acumulação flexível, observando o período de crise e o crescimento da informalidade no mercado de trabalho. Realizou-se uma revisão bibliográfica acerca da transição do escravo para o trabalho livre para se chegar a formação do mercado de trabalho no Brasil e compreender as relações de trabalho informais que surgem no mercado nacional diante do desemprego que assolou o país durante a crise da década de 70. Para compreender o trabalho dos vendedores ambulantes, a pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa demonstraram que a ocupação de vendedor ainda é bastante precarizada. A ocupação de vendedor em sinais de trânsito é reconhecida pelos trabalhadores como árdua, pois frequentemente ultrapassa a jornada de oito horas diárias. As condições de trabalho também são evidenciadas pelos próprios vendedores como precarizadas. A falta de proteção social colabora com a insegurança e instabilidade no comércio de rua. Dessa forma, os vendedores possuem dificuldades para construir uma representação social positiva de seu trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CRISE DO CAPITAL, MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE	9
1.1 A passagem do modelo fordista para acumulação flexível	10
1.2 Do trabalho escravo ao trabalho livre	11
1.3 Trabalho informal e precarização do trabalho	13
1.4 Trabalho precarizado	16
COMÉRCIO DE RUA E O TRABALHO DOS VENDEDORES EM SINAIS DE TRÂNSITO NA AVENIDA PERIMETRAL EM GOIANIA	17
2.1 Relações de gênero	20
2.2 Condições de trabalho	21
2.3 Representação social	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERENCIAS	25

INTRODUÇÃO

A atividade informal de vendedor ambulante está presente no Brasil, pelo que se tem notícia, desde meados do século XIX, quando escravos prestavam serviços de comércio pelas ruas do Rio de Janeiro. O artista Jean Baptiste Debret retratou em suas obras o cotidiano das ruas no Brasil durante esse período, onde os escravos vendiam alimentos, roupas, e outros objetos da época.

Como se sabe, ainda no século XIX após a abolição da escravatura, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil ocorreu de forma lenta e gradual para a formação do mercado de trabalho no país.

As características para compreender o processo de expansão e consolidação do mercado de trabalho no Brasil são observadas entre meados da década 1930 e 1980. Mas foi nos anos setenta, durante o chamado governo dos militares que o Brasil enfrentou um período de dificuldades devido à crise econômica iniciada nos anos de 1970. Essa crise fez com que emergisse uma série de alterações na forma de acumulação do capital, decorrente da reestruturação produtiva, conhecida pela substituição da produtividade em massa pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados e produtos e padrões de consumo.

Segundo Menezes (2007) a reestruturação produtiva representa, desta forma, a construção política, ideológica e produtiva de terreno novo, lucrativo e mais fértil e tem como principais fenômenos: o neoliberalismo; a privatização das funções sociais e produtivas do Estado; a desregulamentação da legislação trabalhista e a perda de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo da história.

Por sua vez, essa reestruturação ocasionou um desequilíbrio no mundo trabalho ao promover o trabalho precarizado, contratações irregulares, baixos salários e o desemprego estrutural. Conforme Antunes (1996) o sistema de flexibilidade de trabalho presume que os direitos do trabalho serão eliminados. Mesmo se o trabalhador tenha direitos “rígidos”, essa rigidez dos direitos obtidos

ao longo dos anos impede essa flexibilidade produtiva que necessita de formas de trabalho precarizadas.

A década de 70 deu continuidade à intensificação do trabalho informal e precarizado. As ocupações por conta própria surgiram nesse período e de acordo com o PREALC (Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe) o percentual de trabalhadores informais no Brasil cresceu em 4,8% entre 1980 e 1990. “[...] Segundo o PREALC, o percentual de trabalhadores informais em 1980 era de 24% da População Economicamente Ativa (PEA), contra 28,8% em 1990[...] (JAKOBSEN, 2000)”.

O crescimento da informalidade em 1990 se deu também em decorrência do aumento de programas de proteção social instituídos pela constituição de 1988, elevando os custos de trabalho.

Através da constituição de 1988, o Brasil estampou o maior e mais significativo rol de direitos que o país já teve, sobretudo com os direitos trabalhistas.

A seguridade social, embora apresentasse estratégias amplas com a finalidade de acompanhar a nova conjuntura do mundo do trabalho, não conseguiu na prática realizar de forma plena a garantia de proteção social a todos os trabalhadores, como os que se encontravam fora do mercado de trabalho formal, desempregados e trabalhadores informais.

A seguridade social instituída pela Constituição [Federal] de 1988, apesar de apresentar caráter inovador e intencionar compor um sistema ou um padrão amplo de direitos sociais, acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência) (BOSCHETTI, 2004, p. 113-114).

Ao longo dos anos a informalidade no Brasil foi crescendo e de acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2011 o trabalho informal correspondia a 22% da população brasileira, enquanto em 2018 ele avança para 41,3%. Os dados estatísticos mostram que o número de trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira assinada, subocupados bateram recorde no país. Estima-se que dos

postos de trabalho gerados no país em 1 ano, cerca de 75% das vagas criadas estão relacionadas ao trabalho informal.

Diante desse processo histórico de surgimento do trabalho informal no Brasil, este texto, embasado numa micro pesquisa de região central da capital Goiânia, tem como pressuposto analisar sociologicamente o trabalho informal de vendedores ambulantes em sinais de trânsito na avenida Perimetral de Goiânia.

1.1 A passagem do modelo fordista para acumulação flexível

A década de 1980 assistiu intensas transformações no mundo trabalho nos ditos países desenvolvidos. Alterações profundas que culminaram numa crise considerada das mais aguda do século para a classe trabalhista.

Esse período foi marcado pelas inovações tecnológicas no meio produtivo e novos processos de trabalho, onde a produção em série do modelo fordista foi sucedida pela flexibilização produtiva (ANTUNES, 2002).

Harvey ao se referir ao contexto da globalização aponta que (1992, p.140) que as décadas de setenta e oitenta foram afetadas pela reestruturação econômica e pelo reajustamento social e político. Durante essa fase conturbada, um novo regime de produção surgiu apoiado na flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos, padrões de consumo e dos mercados de trabalho.

A reestruturação produtiva, e o modo de acumulação flexível, termos cunhado por Harvey, substituiu a rigidez do fordismo por novas formas de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, novos setores produtivos, e também, inovações tecnológicas, organizacionais e comerciais.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões _do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados. [...] Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados. (HARVEY, 1992, p.140).

Esse regime de acumulação flexível implicou no crescimento das taxas de desemprego "estrutural". O mercado de trabalho passou por uma reestruturação, onde a mão-de-obra excedente e a instabilidade dos sindicatos favoreceram os empresários quanto a flexibilização de regimes e dos contratos de trabalho.

Os arranjos de trabalho flexíveis trouxeram consigo a precarização dos direitos dos trabalhadores com relação a níveis de salários e também com a segurança no emprego. Os mercados de trabalho se voltaram para a

subcontratação e dessa maneira permitiram a rápida expansão de economias “negras” e “informais” bem como, o retorno de antigas formas de trabalho (como estratégias de sobrevivência para os desempregados) que passaram a ser consideradas peças centrais do sistema produtivo (HARVEY,1992, p. 143-144).

1.2 Do trabalho escravo ao trabalho livre

Tanto a abolição do tráfico de escravos em 1850 quanto a criação da Lei do Ventre Livre em setembro de 1871 marcaram o surgimento de trabalhadores livres nos espaços urbanos e rurais, em ocupações agrícolas, industriais, artesanais e serviços domésticos

Embora a Lei declarasse uma condição de liberdade aos filhos de mulheres escravas a partir da data de sua criação, o trabalho escravo ainda permaneceu em várias regiões do país. Segundo Barbosa (2008) durante a década de 1870, o número de escravos agrícolas que se concentravam nas províncias do Sudeste ultrapassava a porcentagem de 54% da mão de obra escrava total do país. Nesse período os negros representavam mais de 50% da população brasileira.

Até os anos de 1880 a economia do país ainda era sustentada pelo trabalho escravo e organizada em função da produção de café, açúcar e algodão como artigos tropicais para o mercado europeu (THEODORO, 2005).

Mas foi na metade do século XIX, após a chegada dos imigrantes ao país que o regime escravista foi transformado aos poucos. A mão de obra imigrante passou a suceder o trabalho escravo especialmente nos centros mais dinâmicos.

Os trabalhadores imigrantes começaram ocupar cada vez mais o trabalho rural enquanto os trabalhadores escravos e livres se voltaram para alguns ramos assalariados, principalmente em pequenos serviços urbanos.

No entanto, a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre não se desenvolveu de maneira homogênea em todo o país. O estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais que tinham como base a economia cafeeira, concentravam um contingente superior de escravos devido a centralização da produção de café nessas regiões (THEODORO, 2005).

Por outro lado, nas regiões do Nordeste, os trabalhadores livres passaram a ocupar os espaços deixados pelos escravos que tinham sido levados ao Centro-Sul. O país se organizava em um reagrupamento do trabalho dividido entre a mão de obra escrava juntamente com boa parte dos imigrantes concentrados em regiões mais dinâmicas nos estados do Sul e os trabalhadores livres em regiões do Norte e Nordeste.

Posto a abolição da escravatura e do movimento de imigração em algumas regiões do país, o cenário do mercado de trabalho no Brasil passou a assumir uma nova conjuntura. Em cidades com maior desenvolvimento econômico, como São Paulo, por exemplo, o crescimento da população urbana foi sucedido pelo processo de industrialização e desenvolvimento do comércio que atraiu uma mão de obra imigrante quase que unicamente europeia, enquanto em regiões de menor poder aquisitivo economicamente, como em Recife, por exemplo, o crescimento populacional nos centros urbanos foi acompanhado de uma economia estagnada devido à queda de produção dos principais produtos da região (THEODORO, 2005).

O processo de urbanização em certas cidades do Brasil começa a se tornar mais complexo durante a década de 1930. Esse período foi responsável pelo início de mudanças econômicas e sociais sustentada pelo crescimento da população e modernização econômica do país.

De acordo com Theodoro (2005) os anos 1930 também foi marcado pela regulamentação do mercado de trabalho no Brasil no governo Vargas. O Estado impeliu medidas que forjasse a força de trabalho a serviço da indústria não consolidada, implantou a legislação do trabalho e possibilitou a criação de tribunais e sindicatos voltados a questões trabalhistas.

Durante a era Vargas, se por um lado, o governo emitiu a regulação do mercado e das relações de trabalho, por outro, ele não garantiu a base de direitos nesse mercado. Assim o processo de desenvolvimento industrial sob esse modelo político de regulação ocorreu segundo Deddeca (2005) com a reprodução de um mercado de trabalho com baixa incontestabilidade da seguridade social.

O mercado de trabalho que se reproduzia era pouco institucionalizado devido à baixa proteção social, e a reprodução de contratos de trabalho de maneira informal.

A indústria se tornou a base da economia nacional e com o fim da migração europeia no início dos anos 1930, os trabalhadores nacionais, especialmente do Nordeste, começaram a migrar das zonas rurais em direção as grandes cidades como São Paulo a fim de ocupar os postos de trabalho oferecidos pela indústria crescente.

Gonçalves (2002) explica que a medida que os ex escravos chegavam nas cidades e completasse o perfil de empregados, o número de trabalhadores a disposição no mercado era crescente. Ademais, os que não se encaixavam nos requisitos de qualificação do trabalho industrial, passaram a ver o mercado informal como estratégia de sobrevivência.

“são inescapáveis (...). A abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento na imigração estrangeira, especialmente de portugueses (...). Domésticos, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e mais de 200 mil em 1906, e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade (...)” (Carvalho, 1987: pp. 16-17).

Entre 1930 e 1980 a economia no Brasil cresceu de forma notável juntamente com o aumento significativo da força de trabalho nos setores modernos da indústria. No final dos anos 1970, a economia no país ocupava uma posição entre as maiores do mundo, porém o crescimento da população metropolitana devido ao processo de urbanização fez com que houvesse uma concentração maior de níveis de desemprego e pobreza em regiões mais desenvolvidas economicamente como São Paulo. A proliferação de cidades implicou no surgimento de trabalhadores engajados em atividades informais, precarizadas, sobretudo no pequeno comércio e nos serviços (THEODORO, 2005).

1.3 Trabalho informal e precarização do trabalho

O termo “trabalho informal” cunhado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi utilizado pela primeira vez nos relatórios elaborados pelo Programa Mundial de Emprego (PME) sobre Quênia e Gana a fim de compreender as condições de trabalho nesses países.

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza (POCHMANN, Et. Al. 2001, p. 13 -14).

Na América Latina, o trabalho informal teve sua origem relacionada ao movimento migratório do campo para as metrópoles, bem como a busca por melhores condições de sustentabilidade na indústria urbana.

No Brasil, o trabalho informal é resultado de um processo de industrialização vigoroso acompanhado do êxodo rural com a migração dos campos para as cidades. Durante o ano 1980 até 1990 é possível observar o resultado desse movimento populacional no país. O nível elevado de informalidade no Brasil durante a década de 90 era compreendido pela instabilidade do crescimento econômico que era lento e baixo e também pelas transformações do capitalismo contemporâneo. Conforme Pochmann (2002):

O período de pós-1980 foi de reversão na trajetória geral das ocupações com fortes sinais de uma progressiva desestruturação do mercado de trabalho. O desassalariamento de parcela crescente da População Economicamente Ativa e a expansão das ocupações nos segmentos não organizados e do desemprego têm ocorrido paralelamente ao abandono do projeto de industrialização nacional e a adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional e enfraquecimento do estatuto do trabalho. (POCHMANN, 2002, p.78).

No ano 1980, o PREALC observou que 24% da população economicamente ativa do país se tratava de trabalhadores informais, enquanto em 1990 o número cresceu para 28,8%. Os dados confirmam que durante essa

época o emprego formal seguia substituído pela informalidade no Brasil. Anos depois, em 1998 o número de desempregados que assolava o país alcançava cerca de 7 milhões de pessoas (JAKOBSEN, Et. Al. 2000).

Os dados estatísticos da PME também revelaram que a atividade ocupacional informal atingiu um crescimento de 22% no decorrer do ano 1990. Segundo Jakobsen (2000) pela PME verifica-se:

que o trabalho informal cresceu 22% ao longo da década de 1990, alcançando hoje a metade dos ocupados das seis regiões metropolitanas, sendo que o número de empregados sem carteira assinada aumentou 27% enquanto os trabalhadores por conta própria cresceram apenas 17%. Considerando que, no mesmo período, o desemprego aumentou 56%, a diferença entre a evolução das duas categorias provavelmente se deve ao fato de que, além da eliminação de postos de trabalho, há também uma destruição deliberada dos empregos formais, e o trabalho por conta própria não tem sido capaz de oferecer uma alternativa para o conjunto dos desempregados (JAKOBSEN, Et. Al. 2000).

Desde a década de 70 até o ano 1990, a informalidade, desemprego e precarização do trabalho se espalharam pelo Brasil. Após o final do ano 1970 o regime de acumulação flexível seguido de uma economia estagnada propiciou ao país a desestruturação do mundo do trabalho com o crescimento desenfreado de desemprego e conseqüentemente, o surgimento de ocupações precarizadas inseridas no trabalho informal.

São muitas as razões que levam as pessoas à informalidade. Uma das principais surge do descompasso existente entre as exigências do mercado de trabalho formal e as condições de qualificação, de disciplina e de hábitos de parte substancial da mão de obra. Não se pode negar que a impossibilidade de encontrar um emprego formal e/ou a perspectiva de baixos salários condicionam a formação de relações econômicas informais. Mas, ainda que a entrada na informalidade possa ser voluntária ou involuntária, muitas vezes, as pessoas escolhem permanecer na informalidade como forma de vida e não como momento de espera de oportunidades no mercado formal. (MENEZES Et. Al. 2012).

Com base nos dados do IBGE (1999) o número de empregos gerados sem carteira assinada ascendem de 5% para 30% nos anos de 1990. Nessa perspectiva de avanço do trabalho informal. Dedecca e Baltar (1997, p.74-75) consideram que:

A nova dinâmica econômica (caracterizada pela reestruturação produtiva) estimula o aumento do setor "informal", seja ao forçá-lo a

incorporar assalariados desempregados de baixa qualificação em atividades precárias (comércio ambulante, serviços domésticos, etc.), seja ao promover a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de assalariados de melhor qualificação que perderam seus empregos. Estes trabalhadores têm como objetivo fornecer seus bens ou serviços ao setor organizado ou desenvolver serviços para atender ao novo estilo de vida que vai emergindo nas grandes cidades (alimentação fora de casa, assistência técnica em informática, etc.).

Logo, o governo federal reconheceu a importância do setor informal no país e implementou em 1997 a pesquisa Economia Informal Urbana (ENCIF) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de identificar os aspectos e as dimensões da economia e do trabalho informal no Brasil. (POCHMANN, Et. Al. 2000).

Ainda que a informalidade tenha uma complexidade e heterogeneidade em sua estrutura ocupacional, ela oferece oportunidades de trabalho e sustentabilidade. As atividades informais se tornam uma saída para a crise do desemprego, sobretudo para os que não dispõem das exigências básicas ao mercado formal. Isso explica o porquê de muitas pessoas permanecerem no trabalho informal (MENEZES, Et. Al. 2012).

Por um lado, a informalidade se insere no mercado como uma alternativa de sobrevivência ao proletariado, e por outro, é a síntese da perda dos direitos sociais e trabalhistas, onde expõe boa parte da população economicamente ativa a precarização das relações de trabalho.

1.4 Trabalho precarizado

De acordo com Mattoso (1993) a precarização do trabalho tomou as formas de relações informais e isso ocorreu em quase todos os países desenvolvidos por meio da redução de empregos considerados estáveis e pela flexibilização do trabalho.

No entanto, o emprego estável era assegurado apenas a um grupo de trabalhadores qualificados e experientes. Enquanto, oposto a esses, encontravam-se os trabalhadores periféricos, pouco qualificados e substituíveis (SINGER, 1999).

A precarização do trabalho fez com que os trabalhadores perdessem os direitos garantidos pela legislação do trabalho. Esse movimento correspondia a

deterioração das condições de trabalho no mercado formal e no informal de maneira mais aguda. Todos os que trabalham por conta própria têm seus ganhos pautados no montante de serviços oferecidos. Dessa forma, a tendência é que esses trabalhadores tenham uma jornada de trabalho maior a fim de aumentar a renda para seu próprio sustento.

A flexibilização, desregulamentação ou precarização do trabalho divide o montante de trabalho economicamente compensador de forma cada vez mais desigual: enquanto uma parte dos trabalhadores trabalha mais por uma remuneração horária declinante, outra parte crescente dos trabalhadores deixa de poder trabalhar (SINGER, 1999).

Singer (1999) ressalta que essa situação pode ser observada nos momentos de recessão, onde cresce o número de pessoas que vão as ruas para ganhar a vida como prestadores ambulantes de serviços.

COMÉRCIO DE RUA E O TRABALHO DOS VENDEDORES EM SINAIS DE TRÂNSITO NA AVENIDA PERIMETRAL EM GOIANIA

A Avenida Perimetral Norte (GO-070) conhecida como Perimetral Norte é uma das vias expressas mais importantes da cidade de Goiânia. Ela liga a região oeste à região Norte da capital e se encontra em uma região caracterizada por um perfil industrial e comercial. A via é extensa e entre os semáforos, os ambulantes informais se multiplicam para conseguir seu sustento.

O comércio a retalho, comercio de rua já era observado no Brasil desde o século XVIII, onde escravos livres e não livres tiveram seu cotidiano retratado

por diversos artistas como, o pintor francês Jean Baptiste Debret. Em várias obras de Debret, o artista reproduziu o comércio, sobretudo de alimentos, pelas ruas do Rio de Janeiro no século XVIII e XIX.

O comércio de rua, comércio ambulante, vem resistindo há séculos na economia capitalista. Os vendedores ambulantes, também conhecidos como camelôs prestam serviços em bancas, barracas instaladas em pontos variados da cidade com grande fluxo de pessoas.

A expressão “ambulante” designa trabalhador normalmente autoempregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial (PAMPLONA, 2013).

O trabalho de vendedor ambulante no comércio de rua é caracterizado pela mobilidade e também por trabalhar com diversos produtos, desde comidas, bebidas, brinquedos, guarda chuva, sobretudo, carregadores de celulares.

O comércio ambulante se manifesta de inúmeras maneiras: repassa mercadorias refugadas das indústrias ou fabricadas em oficinas de fundo de quintal, oferece artigos produzidos artesanalmente ou simplesmente constitui uma rede de distribuição de produtos industrializados. (COSTA, 1999, p.27)

Entre as classificações do tipo de vendedores no comércio ambulante, a pesquisa realizada focou-se em analisar de forma sociológica o trabalho dos vendedores em sinais de trânsito na avenida perimetral em Goiânia.

A presente monografia fez uma análise dos dados obtidos a partir de entrevista qualitativa realizada com oito vendedores, seis homens e duas mulheres com idade entre 30 e 50 anos, onde dois vendedores nasceram no interior de Goiás e os demais são de regiões diferentes do país.

Uma característica encontrada na ocupação de vendedores em sinais de trânsito na avenida perimetral está no nível de escolarização. Os resultados encontrados demonstram que cinco dos oito entrevistados não possuem ensino médio completo. A baixa escolaridade dificulta o processo de inserção dos trabalhadores no mercado formal cada vez mais competitivo.

No relato de Márcio, 31 anos, é possível observar essa vulnerabilidade maior no mercado de trabalho formal devido a menor escolaridade. Quando questionado sobre o que ocorreu para que se tornasse vendedor ambulante, ele responde: “Primeiramente, eu vi uma forma de sustento. Eu nunca terminei os estudos direito. Então, tipo... Eu não tinha capacitação pra trabalhar em outro lugar, tipo, empresa. Aí a vida me deu essa oportunidade de trabalhar na rua vendendo brinquedos, camisetas e outras coisas, e eu vim parar aqui. Então assim, é isso, eu nunca arrumei trabalho de carteira assinada, sempre foi trampo mesmo, bico né, e agora tô aqui no sinal”.

Como podemos notar, a crescente escolaridade exigida no mercado de trabalho formal se torna um fator importante para conseguir uma vaga de emprego. Embora, sabe-se que o mercado de trabalho também necessita de mão de obra barata, ainda que não seja qualificada.

Uma das motivações para inserção na ocupação de vendedor ambulante é a complementação da renda em casa, até mesmo como forma de sobrevivência.

“Eu estava desempregada, quando minha amiga me chamou pra vender água com ela na perimetral. Eu pensei... Será que vai dar certo? Eu não estava muito confiante porque sei lá... Você fica pensando que tem conta pra pagar e tal, e as coisas vão apertando. Mas eu resolvi enfrentar e fui e até hoje eu tô aqui. Não posso dizer que eu ganho muito, mas é o que tá dando pra me sustentar e ajudar nas conta de casa. Eu ajudo meu esposo com isso aqui, ele trabalha de pedreiro e ganha um pouco mais que eu, mas já é alguma coisa né. É o que importa. Eu vivo disso aqui hoje. Eu não trabalho com outra coisa e tem dia que vende muito e tem dia que não. É o dia ruim mesmo que todo mundo passa, mas é isso aí”
(Camila, vendedora, 35 anos).

Outra característica encontrada na maioria das falas dos entrevistados com relação a entrada nesse tipo de comércio e permanência na ocupação de vendedor ambulante, é a flexibilidade, pois se trata de um trabalho autônomo que possibilita ter uma jornada de trabalho mais flexível e não requer uma especialização profissional. Entretanto, todos os entrevistados, sem exceção, afirmam o desejo de sair das ruas e poder trabalhar de carteira assinada no mercado formal.

Quando os entrevistados foram indagados com relação a quantidade de horas trabalhadas, sete deles disseram que trabalham mais de oito horas por dia

e uma única vendedora afirmou que possui uma jornada de trabalho menor. A Tabela 2.1 mostra a estimativa de horas trabalhadas por semana e a renda semanal declarada pelos trabalhadores.

Tabela 2.1 - Jornada de trabalho e rendimento semanal dos vendedores ambulantes

Sexo	Horas por semana	Renda Semanal
Masculino	54 horas	R\$ 400,00
Masculino	54 horas	R\$ 500,00
Masculino	54 horas	R\$ 500,00
Masculino	54 horas	R\$ 300,00
Masculino	60 horas	R\$ 400,00
Masculino	60 horas	R\$ 500,00
Feminino	60 horas	R\$ 400,00
Feminino	44 horas	R\$ 200,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Percebe-se que os vendedores tendem a ultrapassar a jornada de trabalho prevista pela legislação trabalhista, e isso acontece devido a projeção de rendimento está relacionado a carga horária trabalhada.

2.1 Relações de gênero

Ao analisar as respostas, percebemos que as mulheres entrevistadas possuem uma jornada dupla de trabalho. Além do trabalho de rua, elas também ficam incumbidas de administrar as tarefas domésticas de casa.

Eu saio de casa todo os dias seis e meia da manhã e chego em casa por volta de sete horas da noite. Aí quando eu chego em casa, ainda tenho que lavar roupa, lavar vasilha e limpar o chão. Menino, minha vida é trabalhar, eu trabalho aqui e lá em casa. É um trabalho que não acaba, e no outro dia, tudo novamente. (Cássia, vendedora, 39 anos).

É interessante observar que mulher não consegue romper tão facilmente com a lógica que a submete ao trabalho doméstico. Apesar dos espaços conquistados, sobretudo no mercado de trabalho, cabe ressaltar que a mulher

ainda sofre com os estigmas de uma sociedade respaldada no patriarcalismo que a naturaliza à esfera privada, do lar.

(...) mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuaram reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos foi se organizando a família operária patriarcal: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente (NOGUEIRA, 2006, p.26).

Historicamente, as mulheres sempre estiveram em relação de desigualdade aos homens. Assim, ela passa a ser vista como a dona de casa, enquanto ele assume o papel de provedor do lar.

2.2 Condições de trabalho

Os trabalhadores informais são excluídos da política de proteção social, e para boa parte deles, a contribuição ainda está distante. Os vendedores ao serem questionados sobre a previdência social, em sua maioria, são enfáticos ao afirmar que estão desprotegidos de assistência.

Não, eu não consigo pagar ainda uma previdência social. Eu sei que eu deveria ter uma, mas tá difícil agora, o que eu ganho ainda é pouco e não tem como eu pagar por fora. (Jonas, vendedor, 30 anos)

Eu sei que é bom ter o direito garantido no INSS, pra nós que trabalha na rua se acontecer alguma coisa, não conseguimos fazer nada. Quando eu trabalhava de carteira assinada, eu tinha, mas agora que estou aqui é complicado. Eu trabalho pra mim mesmo, não tenho patrão e isso é bom, mas por outro lado eu não ganho muito pra poder pagar o INSS por fora, sabe? Eu tenho que ganhar mais, então, eu tô sem essa segurança agora. (Lucimar, 43 anos).

Os resultados apontados na pesquisa revelam que seis dos vendedores entrevistados não contribuem com a previdência social. Essa realidade se torna preocupante quando se pensa em futuro. A não contribuição do trabalhador faz com que este se torne suscetível a permanecer por mais tempo na informalidade.

Segundo os dados da PNAD de 2018, a porcentagem de pessoas ocupadas que fizeram contribuições para o INSS foi de 63,5%, considerado menor percentual desde 2016. Esse fenômeno ocorre em detrimento de uma

quantidade maior de indivíduos que trabalham por conta própria e dos que estão inseridos no mercado informal sem carteira assinada.

Diante dos relatos dos vendedores entrevistados é possível perceber como a atividade informal de vendedor nas ruas se caracteriza por um trabalho árduo. Ao situar as condições de trabalho em que estão inseridos os vendedores ambulantes, podemos evidenciar a precarização com relação as longas jornadas de trabalho, sobretudo, a exposição de forma exagerada ao calor, chuva, frio, poluição, radiação solar, fatores ambientais que podem causar danos à saúde.

Trabalhar na rua não é fácil, você fica horas e horas em pé tentando vender suas coisas e nem sempre você vende. Nós temos que comer aqui, as vezes vai ali no mato e faz as necessidades mesmo, não tem outra opção né! Faça sol ou faça chuva, a gente tem que trabalhar e é isso aí. Todo dia aqui, as vezes correndo risco de ser atropelado também, todo dia é uma coisa diferente. A gente enfrenta o calor, enfrenta o frio, não tem tempo ruim, não. (Luís, 39 anos).

Ao serem indagados sobre as dificuldades encontradas no trabalho de vendedor ambulante, a maioria dos participantes cita além da falta de direito, estrutura precária e o controle rígido da fiscalização.

Nós não temos lugar pra sentar, nós trabalhamos na chuva, no sol e é isso aqui. Nós não temos direitos de reclamar, porque a gente sabe que aqui é ilegal, então não tem ninguém que olha por nós né? Mas, a gente tem que trabalhar, não tem como, a gente foge da fiscalização quando vem, mas volta novamente pra trabalhar porque a gente precisa ganhar nosso sustento. (Carlos, 44 anos)

2.3 Representação social

A representação social dos vendedores ambulantes em sinais de trânsito na Avenida Perimetral é analisada primeiramente a partir da relação do trabalhador com a ocupação exercida, e também nas interações sociais com o meio que ele convive.

Durkheim foi o pioneiro no desenvolvimento da teoria sobre representações. O mesmo trabalhou com a teoria das representações coletivas que permite traduzir o modo como o grupo se reconhece em suas relações com os objetos que o afetam.

A representação coletiva resume a maneira como o indivíduo pensa a respeito de si mesmo e sobre a realidade que o cerca. Ela se caracteriza por uma forma de conhecimento reproduzida socialmente de forma coletiva, pois a mesma é fruto de laços e interações sociais estabelecidas entre as pessoas.

Sob influência dessa teoria de Durkheim, o psicólogo Serge Moscovici desenvolveu o primeiro esboço das representações sociais, onde o indivíduo participa da construção da representação. Essa teoria procura explicar o fenômeno do homem com base em uma visão coletiva.

Moscovici retrata as representações diferentemente de Durkheim, não somente como fatos sociais coletivos, mas como representações que podem ser constituídas nas interações sociais dos sujeitos. Ela emerge também com o objetivo de que o sujeito possa adquirir uma identidade e não somente para compreendê-lo. Para Moscovici (2003) a representação social trata-se de:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2003, p.21).

Diante dessa abordagem teórica, ao analisar as falas dos entrevistados, podemos perceber que a maioria dos trabalhadores descrevem a representação do trabalho de forma geral com estereótipos negativos, em detrimento da marginalização que existe em relação a ocupação.

O trabalho de vendedor é complicado, a gente sabe que a gente não tem segurança, estabilidade, então assim, é tipo, um trabalho que não tem como você ficar pro resto da vida, uma hora ou outra a gente tem que arrumar outra coisa, A gente tá na rua, a gente sabe que as pessoas olham torto, acha nojento, enfim, são coisas negativas né? Como eu já disse, trabalhar na rua não é fácil. (Camila, 35 anos)

Por outro lado, a representação social do trabalho construída pelos vendedores também demonstra significados positivos. Apesar das dificuldades encontradas no ambiente de trabalho, os entrevistados consideram que a ocupação é considerada um escape aos trabalhadores que estão à margem do mercado formal.

Olha, é o seguinte, se você tá trabalhando é o que importa. A gente sabe que não é o melhor trabalho do mundo, mas é daqui que eu tiro meu sustento. Então sei eu consigo sobreviver trabalhando com isso, eu tô feliz. O que importa é ter saúde e trabalhar pra ganhar dinheiro e sustentar a família.

Os entrevistados também demonstram ter consciência do papel que eles exercem para o mercado. Embora, a ocupação não seja legalizada, eles entendem que seu trabalho é importante para fomentar a economia.

Olha, eu entendo que meu trabalho não é legalizado e tal, eu não pago imposto e nada dessas coisas aí. Mas, eu acredito que se tem pessoas que vem comprar o produto é porque tá precisando né. Então se tem demanda, tem oferta. É um ciclo, o cliente compra com a gente, e a gente gasta nas lojas e isso gira o negócio. (Evandro, vendedor, 41 anos)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos resultados, é possível perceber que o trabalho de vendedor ambulante se torna uma entre as variadas alternativas de ocupação para fugir do desemprego.

Os vendedores normalmente não possuem escolaridade alta e nenhum tipo de formação profissional. É perceptível que o nível de escolarização dos trabalhadores influencia no ingresso e permanência em ocupações informais como essa.

De acordo com os entrevistados, o trabalho de vendedor nas ruas é bastante puxado, embora possua uma flexibilização, os vendedores possuem uma jornada de trabalho de nove a dez horas diárias. A carga horária é

considerada extensa e as mulheres ainda possuem uma jornada de trabalho dupla. Por sua vez, elas trabalham até mais que os homens, pois além do trabalho fora lar elas ainda são responsabilizadas pelas ocupações domésticas em casa.

O trabalho de vendedor ambulante ainda é precarizado. Os trabalhadores entrevistados nesta pesquisa afirmam que as condições de trabalho são ainda desfavoráveis. Não há descanso, os vendedores trabalham debaixo de sol ou de chuva, sem proteção em relação à saúde e contra possíveis acidentes de trabalho.

Ademais, esses trabalhadores dificilmente conseguem contribuir para a previdência social, e dessa forma se encontram em condições desfavoráveis com relação aos direitos trabalhistas.

A partir dos dados, percebe-se que a maioria dos vendedores não pretendem continuar nessa ocupação futuramente. Dessa forma, o trabalho se torna temporário e é tido para alguns trabalhadores apenas como uma forma de sustento até o ingresso no mercado de trabalho formal.

É importante destacar que a pesquisa aqui realizada não esgota o tema por completo. As pesquisas sobre esse tipo de ocupação na sociologia do trabalho, ainda são consideradas escassas, e a presente monografia procura ampliar o conhecimento científico acerca do trabalho no comércio de rua para que possa contribuir futuramente com novas pesquisas sociológicas.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G; FRANCO, T.(org). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. "Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?". In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 79, p. 108-132, nov. 2004.

CACCIAMALI, M. C. Um estudo sobre o Setor Informal Urbano e formas de participação na produção. *Tese de Doutorado em Economia-USP/FEA*. São Paulo: USP, 1982.

CACCIAMALI, M.C. *Globalização e processo de informalidade*. Economia e Sociedade, nº 14, jun, 2000.

CARVALHO, José. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo, 1987.

DEDECCA, C. S. Economia, mercado de trabalho e distribuição de Renda, 2002-2005, in CGEE, *Análise dos Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005*, Brasília: CGEE.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 17º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAKOBSEN, Kjeld. (et alli). (Orgs.). *Mapa do trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

PAMPLONA, João, B. Mercado de trabalho e Informalidade e comércio ambulante em São Paulo.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Et. Al. (Orgs.). *Mapa do trabalho Informal*. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Traduzido por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, Claudia Mazei. O Trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na produção: *um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão popular, 2006, pp.22-34.

SINGER, PAUL. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, 3.ed, 1999.

THEODORO, Marcio. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo - *As características do mercado de trabalho e as origens do Informal no Brasil*. Brasília: IPEA, 2005.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.